



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitações e Compras Diretas

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

CONTRATANTE: SSP/DF. UASG: 450107.

OBJETO: Aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), de acordo com as especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/07/2026, às 13:00 horas.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO ATÉ: 08/07/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

PREFERÊNCIA DE ME/EPP/EQUIPARADAS: Não se aplica reserva de cota ou exclusividade, permanecendo os benefícios legais de desempate previstos na LC nº 123/2006.

INTERVALO MONETÁRIO ENTRE LANCES: R\$ 5,00 (cinco) reais.

ESTIMATIVA GERAL: ORÇAMENTO SIGILOSO.

Processo nº 00050-00022634/2025-01

O Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do tipo menor preço por item, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Distrital nº 44.330 de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado pela Portaria nº 17, de 19 de fevereiro de 2026, publicada no DODF nº 42, página 52, de 05 de março de 2026 e pela Portaria nº 48, de 18 de junho de 2025, publicada no DODF nº 117, página 32, de 26 de junho de 2025, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: receber, examinar e

decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.ssp.df.gov.br/licitacoes e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), de acordo com as especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em item único, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante apresentar proposta contemplando a totalidade das quantidades e especificações exigidas para o item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, **QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO** assim, para fins legais, sob as

penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.10.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.10. **proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);**

2.10.11. **executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);**

2.10.12. **agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);**

2.10.13. Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem sancionadas com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade, nos termos dos arts. 156 e 161 da Lei nº 14.133/2021;

2.10.14. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.10.14.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.10.14.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

2.10.15. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

2.10.16. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.2 e 2.10.3 poderão participar no apoio das atividades de

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.10.2 e 2.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou

empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele

previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao beneficiário, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

I - Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

II - Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, onde a somatória deverá ter no mínimo de 40% de fornecimento do objeto, referente ao item licitado, conforme especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em português, exceto pelo próprio proponente, que comprovem experiência no fornecimento dos materiais objeto desse termo de referência ou contrato em nível satisfatório, com características pertinentes, similares e compatíveis com as exigidas no presente projeto, constatando que a mesma possui experiência e capacidade técnica para o fornecimento dos equipamentos supramencionados, objeto desta licitação, conforme previsão no artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.

III - Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo acima estabelecido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

IV - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

V - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade

dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos julgados cabíveis.

VI - O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar os dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos.

VII - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas (CLIC), sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra "A" Bloco "A", CEP 70620-000, Brasília - DF.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: licitacoes@ssp.df.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/2019), não manter a proposta ou o lance em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023..

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência,

multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que proferir a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: licitacoes@ssp.df.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. A Secretaria de Estado de Segurança Pública poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

12.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

12.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

12.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e,

se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

12.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

12.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

12.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.ssp.df.gov.br/licitacoes**.

12.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019



Documento assinado eletronicamente por **CELSO WAGNER LIMA - Matr.1718891-1, Subsecretário(a) de Administração Geral substituto(a)**, em 26/06/2026, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **206582251** código CRC= **1C85C9FB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM CONJUNTO A BLOCO A - EDIFÍCIO SEDE - Bairro ASA NORTE - CEP 70620000 - DF



Termo de Referência n.º 1/2026 - SSP/SESP/SOPI/COSAP

PROCESSO: 00050-00022634/2025-01

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF).

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

FORMA DE FORNECIMENTO: Integral (de uma só vez).

ASSUNTO: Aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação consiste na aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Tabela 1:

Item	Descrição	CATMAT	Quantidade
1	Grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular - A especificação completa está no item 3 neste Termo de Referência.	619357*	2.773
*Observação: Em caso de divergência entre a descrição do objeto no edital e a descrição constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do site Comprasnet/SIASG ou na Nota de Empenho, prevalecerá a descrição deste Termo de Referência.			
Tabela 1.			

1.3. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com base em especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, em consonância com o Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O valor de referência estimado do presente Termo de Referência possuirá **caráter sigiloso** e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgados, logo após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) enfrenta a necessidade contínua de garantir condições adequadas para a execução de ações de segurança pública, controle de fluxo de pessoas e proteção de áreas sensíveis durante manifestações, eventos oficiais e operações realizados na Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Buriti e locais adjacentes. Trata-se de espaços de elevada relevância institucional e simbólica, que concentram edificações dos Poderes da República e órgãos estratégicos da Administração Pública, constituindo-se como pontos recorrentes de grandes concentrações de público, atos cívicos, cerimônias e manifestações populares.

2.2. Nos últimos anos, foram registrados eventos de grande porte que demandaram atuação intensa das forças de segurança e evidenciaram fragilidades na contenção e organização do fluxo de pessoas. Em algumas ocasiões, verificaram-se danos significativos ao patrimônio público, invasão de áreas restritas, destruição de estruturas públicas, riscos elevados à integridade física de servidores e manifestantes, além de tumultos que exigiram intervenções emergenciais. Episódios de depredação, avanço desordenado de massas e ultrapassagem de perímetros de segurança demonstraram que a inexistência de meios físicos adequados de controle perimetral contribui para a ampliação de riscos operacionais, dificulta ações preventivas e reduz a capacidade de resposta imediata do Poder Público.

2.3. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de estruturar mecanismos permanentes e padronizados que possibilitem o adequado isolamento físico, a organização eficiente dos fluxos de circulação e o estabelecimento de perímetros seguros durante eventos de grande concentração de público. Tais medidas são essenciais para a preservação da ordem pública, para a proteção do patrimônio institucional e para a segurança de manifestantes, servidores, equipes operacionais e autoridades.

2.4. Atualmente, a SSP/DF não dispõe de infraestrutura própria suficiente para atender, de maneira imediata e eficaz, às demandas de segurança perimetral nesses ambientes amplos e de alta complexidade. Essa limitação operacional impacta diretamente na capacidade de pronta resposta da Subsecretaria de Operações Integradas, especialmente em situações emergenciais ou de rápida mobilização, exigindo esforços adicionais, soluções temporárias e dependência de estruturas externas para execução das atividades.

2.5. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade institucional de viabilizar uma solução que permita atender de forma contínua, segura, padronizada e economicamente eficiente às demandas de contenção e controle de perímetros em eventos, manifestações e operações, garantindo a adequada atuação preventiva e a manutenção da ordem e da segurança coletiva, em conformidade com o art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A pretensa contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal para o exercício de 2026 - PCA/2026, conforme tabela abaixo:

Item	Código PCA (E-compras)	Objetos de aquisição
1	ID-44045	Peças não incorporáveis a imóveis GRADIL, Descrição: de isolamento (Alambrado) Estrutura aço galvanizado com proteção anticorrosiva, com altura mínima de 1,20 metros, módulos com largura mínima de 2,0 metros.
Tabela 2.		

2.7. JUSTIFICATIVA DO NÃO TRATAMENTO PREFERENCIAL E SIMPLIFICADO NAS CONTRAÇÕES PÚBLICAS DAS ENTIDADES PREFERENCIAIS

2.7.1. A Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou isentam a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: "para toda regra existe uma exceção". Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

[...]

"b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,"

[...]

2.7.2. O objetivo principal em não adotar o tratamento preferencial é o de possibilitar uma padronização das grades (gradil) de contenção/isolamento, garantindo uniformidade nas características estruturais, dimensionais e no sistema de conexão entre as grades, o que é indispensável para sua adequada utilização em operações da SSP/DF.

2.7.3. A padronização do objeto mostra-se essencial, uma vez que as grades serão utilizadas de forma integrada, formando barreiras contínuas para controle de fluxo de pessoas, isolamento de áreas e contenção em eventos e manifestações. Nesse contexto, a interoperabilidade entre os módulos é requisito crítico, exigindo compatibilidade plena entre os sistemas de encaixe, resistência mecânica uniforme e estabilidade estrutural do conjunto.

2.7.4. A aquisição de grades com especificações distintas, ainda que similares, poderá comprometer a perfeita conexão entre as peças, reduzindo a eficiência operacional, aumentando o risco de falhas estruturais e impactando diretamente no controle de fluxo do público e proteção de áreas sensíveis durante manifestações, eventos oficiais e operações.

2.7.5. Ademais, seria necessária a gestão de dois contratos distintos, demandando mais mão de obra do quadro de pessoal disponível na Pasta, que já trabalha em número inferior ao ideal, podendo vir a sobrecarregar os servidores que aqui laboram. Tendo em conta o fato de que o valor referencial suplanta o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), caberia, em tese, disputa dividida em cota principal e cota reservada a MEs/EPPs, nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7.6. Todavia, o simples exame do Termo de Referência é suficiente para concluirmos que, em função da necessidade e compatibilidade entre os equipamentos/objetos da licitação em tela, torna-se inviável a reserva de cota para as ME/EPP, sob pena de tal ação resultar em prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.7.7. Sendo assim, a disputa será aberta à ampla participação, com respaldo no que dispõe o art. 49, III, do Estatuto da ME/EPP. Em face disso, aplica-se somente a preferência a micros e pequenas empresas no caso de ocorrência de empate ficto, nos termos do que dispõem os arts. 44 e 45 do aludido diploma.

2.8. JUSTIFICATIVA DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS, PESSOAS FÍSICAS NÃO EMPRESÁRIAS E PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA DE MÃO DE OBRA

2.8.1. Não será permitida a participação de empresas consorciadas neste certame, uma vez que a aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento, não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a necessidade de agrupamento de empresas para sua execução. O fornecimento dos bens requeridos pode ser plenamente atendido por empresas individualmente consideradas, não havendo, portanto, amplitude ou diversidade de elementos que exijam esforços consorciados. Assim, o impedimento à participação em consórcio encontra respaldo na busca por maior eficiência e na racionalização do processo licitatório, em conformidade com o artigo 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite tal restrição quando devidamente fundamentada.

2.8.2. Igualmente, não será admitida a participação de pessoas físicas que não sejam empresárias, visto que estas não possuem os requisitos mínimos indispensáveis à habilitação jurídica, fiscal e de qualificação técnica exigidos para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência. A ausência de documentação legal, fiscal e técnica impede a verificação do atendimento aos critérios de habilitação, inviabilizando a participação no presente procedimento licitatório, conforme orienta o artigo 62, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

2.8.3. Tais restrições se mostram necessárias para assegurar a idoneidade do certame e o pleno atendimento ao interesse público, resguardando a Administração quanto à contratação de entes aptos a cumprir todas as obrigações técnicas, legais e administrativas exigidas pelo processo;

2.8.4. Não será permitida a participação de sociedade cooperativa, uma vez que a presente contratação refere-se à aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas, cujo fornecimento requer atuação por empresas que garantam logística adequada, rastreabilidade, padronização das especificações, garantia do fabricante e, quando aplicável, suporte técnico, requisitos que não aderem aos princípios básicos do cooperativismo;

2.8.5. Conforme disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, a participação de cooperativas em licitações deve observar requisitos específicos que, no caso da aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, não são atendidos pela forma como o fornecimento deve ser executado para garantir a eficiência, a segurança e a qualidade esperadas. Assim, visando garantir a adequação ao marco legal e assegurar a qualidade e a eficiência na execução contratual, a participação de sociedades cooperativas está vedada neste processo licitatório:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.8.6. Justifica-se a vedação da participação de sociedades cooperativas na presente aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular;

2.8.7. A natureza do objeto contratado exige qualificação técnica comprovada com o fornecimento de estruturas metálicas modulares, garantia de resistência mecânica, padronização dimensional e de encaixe, bem como conformidade com requisitos de segurança e desempenho operacional;

2.8.8. Essas exigências não se compatibilizam com os princípios que regem as sociedades cooperativas, as quais se fundamentam na gestão democrática, na autonomia dos cooperados e na participação econômica equitativa, características que podem comprometer a uniformidade técnica, a padronização dos itens, a rastreabilidade das responsabilidades e a confiabilidade da execução do contrato;

2.8.9. Dessa forma, para assegurar a adequada execução contratual, a integridade do fornecimento dos bens de grades (gradil) de contenção/isolamento, mostra-se necessária a vedação da participação de sociedades cooperativas nesta contratação;

2.8.10. Não poderão participar do procedimento licitatório interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

2.9. SUBCONTRATAÇÃO

2.9.1. Não será permitida a subcontratação, uma vez que não há complexidade para a execução do objeto do certame, os qual se caracteriza como fornecimento de bens comuns, não havendo justificativa para a transferência de parcelas do objeto a terceiros.

2.9.2. Tal vedação se justifica porque a amplitude do objeto ou a diversidade de seus elementos não evidenciam dificuldade para sua execução integral por uma única empresa, sendo plenamente viável sua implementação direta pela futura contratada.

2.10. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

2.10.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico será realizada pelo critério de menor preço global, considerando o item único, com o objetivo de assegurar a padronização, a uniformidade e a compatibilidade operacional das grades (gradil) de contenção/isolamento, evitando a aquisição de soluções diversas que possam comprometer o adequado encaixe, a estabilidade estrutural e a eficiência na formação de perímetros de segurança.

2.10.2. Justifica-se o não parcelamento, tendo em vista o objeto não ser divisível, por se tratar de item único, que consiste na aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal;

2.10.3. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007:

[...]

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto,

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (Grifamos).

2.10.4. Faz-se necessário destacar para o entendimento ajustado da Corte de Contas, onde ensina que "o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se admitindo cláusulas desnecessárias ou inadequadas, que restrinjam o caráter competitivo do certame" (TCU – AC-0423-11/07 P). Por conseguinte, entende-se que a licitação por item é a recomendável.

2.11. JUSTIFICATIVA DA CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.11.1. Por tratar-se de bens de complexidade baixa, que pode ser operacionalizado por técnicas de amplo conhecimento do mercado, o bem almejado pode ser enquadrado como comum, a exemplo do que se verifica em outras contratações similares de diferentes órgãos públicos, portanto a seleção neste certame também poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133 /2021, recepcionada no âmbito do Distrito Federal por meio do Decreto Distrital nº 44.330/2023;

2.11.2. Sendo assim, a modalidade de pregão eletrônico poderá propiciar uma contratação adequada ao atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será possível comparar objetivamente as especificações das propostas que serão apresentadas com as especificações contidas neste Termo de Referência, é, após tal cotejo, e tendo como critério de julgamento o menor preço, não haverá comprometimento da qualidade mínima desejada, visto que as propostas que não possuírem especificações de acordo com o Edital serão desclassificadas, sendo mantidas apenas as que possuírem;

2.11.3. Diante das especificações contidas neste Termo de Referência, é possível observar que o bem almejado possui padrão de qualidade objetivamente definido, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas, sendo possível a comparação objetiva das mesmas tendo como critério de julgamento o menor preço sem comprometimento da qualidade desejada, a exemplo das propostas que foram levantadas para balizamento de preços, logo vislumbra-se para o presente certame a obediência ao disposto no art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo o objeto da licitação ser considerado bem comum, sendo portanto, aplicável a modalidade pregão em sua forma eletrônica.

2.12. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.12.1. A presente aquisição não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão do objeto não se enquadrar no disposto nos incisos I, II, III e IV, art. 190, do Decreto distrital nº 44.330/2023, por se tratar de aquisição única, com a entrega do bem previamente definida em quantidades certas neste Termo de Referência e com previsão de recursos orçamentário para fazer face à despesa.

2.12.2. O presente processo de aquisição não se enquadra nos pré-requisitos acima citados por se tratar de aquisição com entrega integral (todo quantitativo de uma só vez) em quantidade previamente definida neste Termo de Referência, afastando a aplicação do Sistema de Registro de Preços na forma do art. 190, incisos I, II e IV, do supracitado decreta, uma vez que não haverá necessidade de contratações frequentes ou entregas parceladas não definidas e, ainda, por ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado por esta Administração.

2.12.3. Por outro lado, a presente aquisição não se enquadra, igualmente no inc. III do mesmo artigo, pois não há que se falar em atendimento de demandas de outros órgãos da Administração do Distrito Federal, tendo em vista que a SSP/DF, foi excluída do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços, por meio Decreto distrital nº 33.608/2012, para adotar procedimentos licitatórios de interesse da Pasta.

2.13. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

2.13.1. Em conformidade com o disposto no art. 112 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, o presente processo de aquisição adota o caráter sigiloso do orçamento estimado da Administração Pública, com o objetivo de resguardar o interesse público, assegurar a obtenção de propostas mais vantajosas e garantir a eficiência, economicidade e isonomia no âmbito da licitação;

2.13.2. Essa opção do sigilo no orçamento estimado do valor dos objetos não possibilita o conhecimento prévio pelos licitantes do valor estimados na pesquisa mercadológica realizada pela administração pública, espera-se que a adoção dessa prática legal restrinjam sobrepreços e, conseqüentemente, prejuízo para Estado, e, que as empresas apresentem propostas mais realistas economicamente;

2.13.3. Pela natureza comum do objeto: os bens descritos no presente termo de referência enquadram-se como bens de baixa complexidade técnica, amplamente disponíveis no mercado nacional, o que fortalece a viabilidade da adoção do sigilo como meio de garantir maior vantajosidade nas propostas recebidas;

2.13.4. Ademais, para garantir a preservação estratégica da contratação pública, a publicidade prévia do valor de referência poderia comprometer a estratégia de negociação e contratação, especialmente em setores sensíveis como o de segurança pública, onde o equilíbrio entre transparência e proteção do interesse público exige atenção redobrada, assim, optamos pela adoção do sigilo do orçamento base para que os preços ofertados pelas licitantes participantes do certame aproximem-se dos valores praticados do mercado evitando compras públicas com sobrepreços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS

3.1. Grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, com especificações técnicas mínimas:

3.2. ESTRUTURA E MATERIAL

3.2.1. Fabricação em aço carbono estrutural, com galvanização por imersão a quente, nos termos das normas técnicas ABNT NBR 6323 (Revestimento de zinco por imersão a quente) ou norma técnica equivalente;

3.2.2. A estrutura deve ser soldada através de solda MIG/MAG, contínua e bem acabada (sem rebarbas).

3.3. DIMENSÕES E CONFIGURAÇÃO

3.3.1. Altura mínima de 1,20 m;

3.3.2. Largura mínima por módulo: 2,00 m, permitindo interconexão modular.

3.4. QUADRO ESTRUTURAL EXTERNO

3.4.1. Tubo circular com diâmetro mínimo, 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), espessura mínima de chapa de 2 mm.

3.5. ELEMENTOS VERTICAIS INTERNOS

3.5.1. Tubos industriais com diâmetro mínimo de 5/8" (16 mm), espessura mínima de chapa de 1,5 mm;

3.5.2. Espaçamento de 10 cm a 15 cm;

3.5.3. Dispostos paralelamente entre si e formando ângulo de 90° com o solo;

3.5.4. Pé de apoio/fixação confeccionado em tubo industrial com diâmetro mínimo 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), altura mínima de 20 cm, podendo apresentar configuração em: "V" invertido, "Y" invertido, "T" invertido, ou "X" desde que assegurada estabilidade estrutural.

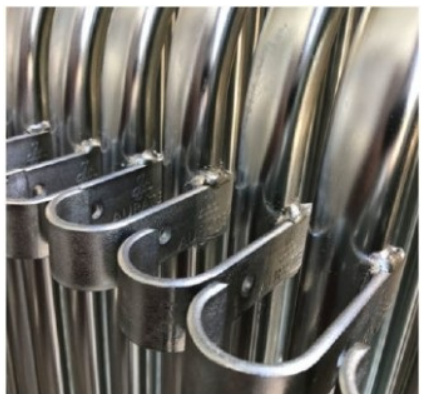
3.6. PESO E RESISTÊNCIA

3.6.1. Peso mínimo unitário: 16 kg, admitida tolerância negativa de até 5% (cinco por cento);

3.6.2. A estrutura deverá apresentar resistência mecânica compatível com uso em controle de público, suportando esforços horizontais típicos de pressão coletiva, conforme boas práticas de engenharia estrutural e normas técnicas correlatas da ABNT.

3.7. SISTEMA DE FIXAÇÃO E MODULARIDADE

3.7.1. As grades deverão possuir sistema de autoencaixe com travamento reforçado, permitindo montagem rápida, acoplamento modular seguro, estabilidade estrutural contínua quando interligadas e gancho para encaixe das peças em barra chata com espessura mínima de 3,75 mm, conforme as imagens meramente ilustrativas, modelos demonstrativos a seguir:



3.8. **BASES E ESTABILIDADE**

3.8.1. Bases de sustentação estáveis, compatíveis com piso pavimentado (asfalto, concreto, bloquete), bem como, solo natural compactado.

3.9. **ACABAMENTO**

3.9.1. Cor natural do aço galvanizado (cinza/prata), resultante do processo de galvanização a fogo;

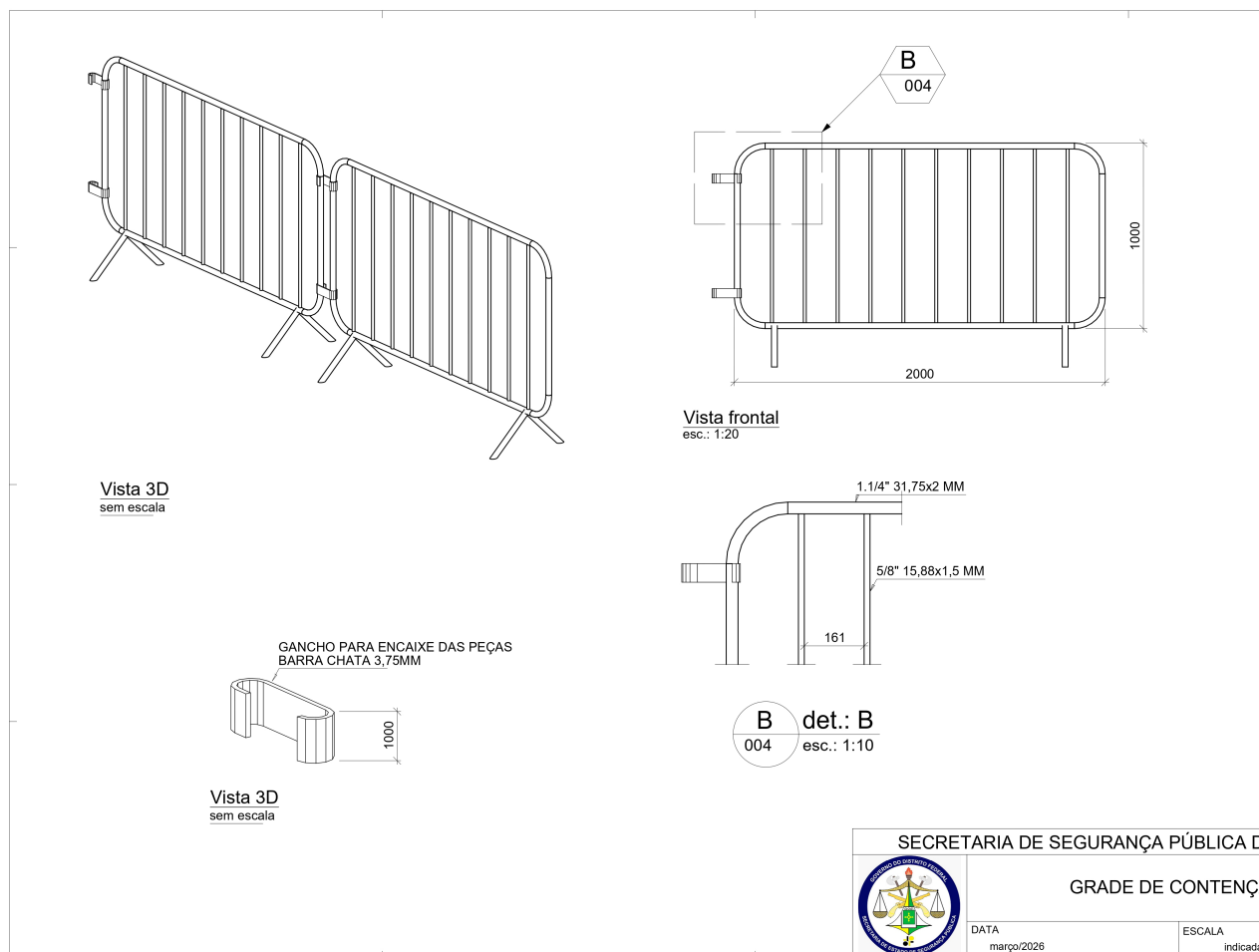
3.9.2. Todas as peças deverão apresentar uniformidade visual e estrutural.

3.10. **IDENTIFICAÇÃO/LOGOTIPO**

3.10.1. Chapa metálica galvanizada, fixada no canto superior da grade, contendo logotipo com o nome do órgão (SSP/DF), vazado/recortado na própria chapa, conforme imagem meramente ilustrativa, modelo demonstrativo a seguir:



3.10.2. Modelo demonstrativo do desenho técnico apresentado a seguir, conforme (documento SEI nº 199647567):



3.11. GARANTIA

3.11.1. Garantia mínima de **05 (cinco)** anos contra defeitos de fabricação e falhas estruturais, contados a partir do recebimento definitivo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2. As quantidades e unidades de medida para a aquisição do objeto estão descritas na tabela 4 contida no subitem 9.1. deste Termo de Referência;

4.2.1. Os critérios de qualificação a serem atendidos pelo fornecedor serão os constantes no instrumento convocatório;

4.2.2. Trata-se de aquisição por meio do Pregão Eletrônico, portanto a aquisição se dará de forma integral (de uma só vez), conforme definido neste Termo de Referência.

4.3. A proposta comercial da empresa deve ser identificada com a razão social e encaminhada, preferencialmente, em documento timbrado da futura contratada, contendo os seguintes itens:

4.3.1. Nome do representante legal da empresa;

4.3.2. Especificação do objeto;

4.3.3. Valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;

4.3.4. Prazo de vencimento da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias;

4.3.5. Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco;

4.3.6. CNPJ, telefone, endereço e e-mail.

4.3.7. Deverá, ainda, apresentar o seguinte documento:

4.3.7.1. Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

4.4. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

4.5. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.6. A presente aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.7. As despesas com mão de obra, peças, materiais, instalação e transporte dos itens desta contratação são de responsabilidade da empresa contratada, não transferindo quaisquer ônus provenientes desses custos à Contratante.

4.8. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

4.9. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório.

4.10. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de

qualquer natureza;

4.11. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.11.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.11.2. Será exigida 02 (duas) amostras do item 1:

4.11.2.1. Grade (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular.

4.11.3. A amostra deverá ser entregue no endereço a ser indicado, a seguir, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da convocação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.11.3.1. LOCAL DE ENTREGA:

Órgão	Endereço de entrega
Gerência de Suprimentos - GESUP, Anexo I da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF.	Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF - CEP: 70.610-650

Tabela 3.

4.11.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo interessado no sistema eletrônico, antes do término do prazo inicialmente concedido, ficando a critério da Administração sua aceitação.

4.11.5. No caso de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita, ou, ainda, havendo entrega de amostra em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, a proposta será recusada.

4.11.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.11.6.1. Estrutura e Material:

- Fabricação em aço carbono estrutural;
- Comprovação de galvanização por imersão a quente, conforme ABNT NBR 6323 ou equivalente;
- Soldagem do tipo MIG/MAG, contínua, uniforme e sem presença de rebarbas, fissuras ou descontinuidades.

4.11.6.2. Dimensões e Configuração:

- Altura mínima de 1,20 m;
- Largura mínima de 2,00 m por módulo;
- Conformidade das dimensões dos tubos estruturais externos (mínimo de 1 1/4" e espessura mínima de 2 mm);
- Conformidade dos elementos verticais internos (mínimo de 5/8", espessura mínima de 1,5 mm e espaçamento entre 10 cm e 15 cm).

4.11.6.3. Sistema de Fixação e Modularidade:

- Existência de sistema de autoencaixe funcional;
- Presença de gancho para acoplamento em barra chata com espessura mínima de 3,75 mm;
- Facilidade de montagem, estabilidade e segurança quando interligadas.

4.11.6.4. Base e Estabilidade:

- Verificação da estrutura dos pés de apoio (configurações admitidas: "V", "Y", "T" ou "X" invertidos);
- Estabilidade em superfície plana, simulando uso em piso pavimentado.

4.11.6.5. Peso e Robustez:

- Peso mínimo unitário de 16 kg, admitida tolerância negativa de até 5%;
- Resistência estrutural compatível com uso em contenção de público.

4.11.6.6. Acabamento:

- Ausência de arestas cortantes ou pontiagudas;
- Uniformidade do acabamento galvanizado (cor e proteção);
- Integridade visual da peça.

4.11.6.7. Identificação Institucional:

- Presença de chapa metálica galvanizada com logotipo vazado/recortado do órgão, conforme modelo apresentado;
- Fixação adequada e acabamento compatível com o conjunto da estrutura.

4.11.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico.

4.11.8. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11.9. O exemplares colocado à disposição da SSP/DF será tratado como protótipo, podendo ser manuseado, montado, desmontado e submetido a testes pela equipe técnica responsável, não gerando direito a ressarcimento.

4.11.10. Após a divulgação do resultado final do certame, a amostra entregue deverá ser retirada pelo fornecedor no prazo de **10 (dez) dias úteis**, após o qual poderá ser descartada pela SSP/DF, sem direito a ressarcimento.

4.11.11. O interessado deverá colocar à disposição da SSP/DF todas as condições indispensáveis à realização dos testes, bem como fornecer, sem ônus, eventuais manuais técnicos, catálogos ou documentos comprobatórios necessários à avaliação do produto.

4.12. SUSTENTABILIDADE

4.13. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.13.1. Os resíduos eventualmente gerados com a presente contratação, principalmente com a substituição de unidades, peças e insumos inservíveis, serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. nº 31 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.13.2. Observância da Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

4.14. REQUISITOS LEGAIS

- 4.14.1. **Lei Federal nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.14.2. **Decreto Distrital nº 44.330/2023** - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
- 4.15. **REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DO OBJETO**
- 4.15.1. A contratação deverá atender à necessidade de aquisição de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado destinados ao isolamento físico, controle de fluxo e segurança perimetral durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal;
- 4.15.2. As grades de contenção/isolamento em aço galvanizado deverão ser fabricados em material metálico resistente, com tratamento anticorrosivo, possibilitando uso contínuo em ambiente externo;
- 4.15.3. Cada módulo deverá possuir estrutura reforçada, suporte estável e sistema de interligação lateral com dispositivo de travamento estrutural integrado à própria peça, destinado a garantir estabilidade mecânica, alinhamento contínuo e resistência a esforços horizontais decorrentes de pressão de público;
- 4.15.4. Os módulos deverão permitir montagem e desmontagem rápida e segura, mantendo uniformidade no padrão construtivo e atendendo à necessidade de ocupação de extensas áreas públicas;
- 4.15.5. A contratação deverá prever quantidade suficiente para atender demandas programadas e emergenciais, conforme histórico de uso, garantindo autonomia operacional da SSP-DF;
- 4.15.6. A contratação deverá contemplar quantidade suficiente para atender demandas programadas e eventuais acionamentos emergenciais, considerando o histórico de utilização em eventos e operações, de modo a garantir autonomia operacional à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
- 4.15.7. Deverá ser assegurada garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, falhas estruturais, vícios ocultos e comprometimento do tratamento anticorrosivo da galvanização, de modo a resguardar a durabilidade e a integridade do material durante sua vida útil estimada;
- 4.15.8. Adicionalmente, prevê-se que a manutenção corretiva das grades de contenção/isolamento seja incorporada ao contrato institucional de manutenção já existente na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, por ocasião de sua renovação ou eventual ajuste contratual. Essa medida permitirá a recuperação célere de eventuais danos decorrentes do uso operacional, preservando a funcionalidade, estabilidade estrutural e vida útil dos equipamentos.
- 4.16. **REQUISITOS DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA**
- Os materiais deverão ser transportados com proteção adequada contra intempéries e impactos;
 - A contratada será responsável por avarias decorrentes do transporte;
 - A descarga deverá ser realizada sem ônus para a Administração.
- 4.17. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**
- 4.17.1. Não será exigida a garantia de execução, visto que os bens somente serão pagos após a entrega. Merece destaque, ainda, que os bens são cobertos por garantia contratual com assistência técnica nacional. A garantia de durabilidade do produto ofertado, as sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório e a previsão de pagamento somente após o adimplemento total pelo contratado são medidas suficientes para resguardar a Administração e coibir possíveis rompimentos ao que foi pactuado.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **60 (sessenta)** dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, pela SSP/DF, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Anexo I da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, situado no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF - CEP: 70.610-650, aos cuidados da Gerência de Suprimentos - GESUP, no período das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira.
- 5.4. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
- 5.4.1. Para o item a empresa contratada deverá fornecer garantia mínima de **5 (cinco)** anos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias no (s) OBJETO(S) QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA, sem ônus para a Administração, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado;
- 5.4.2. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. A entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por Comissão executora, especialmente designada para esta finalidade pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, permitida a assistência de terceiros, tudo em conformidade com a Portaria nº 119/2019 - SSP/DF, que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.
- 6.2. Os membros da Comissão exercerão a função de representantes da Administração, designados para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, bem como para dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do mesmo e que de tudo darão ciência à Administração, conforme prevê o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. O Presidente da Comissão exercerá a função de Preposto da SSP/DF e somente poderá ser substituído por servidor com experiência necessária para presidir o acompanhamento e o controle da gestão da ata, ou a execução do contrato.
- 6.4. A Comissão, durante seu mister, deverá agir de forma proativa e preventiva, observando o cumprimento pela CONTRATADA das regras previstas no instrumento contratual, ou documento equivalente, buscando os resultados esperados no ajuste e trazer benefícios e economia para a SSP/DF, devendo cumprir integralmente a Portaria nº 119 /SSP, que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela SSP/DF.
- 6.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará na aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 137 e 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto,

do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.12. A Comissão acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.13. A Comissão anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a Comissão emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. Os membros da Comissão informarão ao Presidente da Comissão, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o membro que tomar conhecimento comunicará o fato imediatamente ao Presidente da Comissão.

6.17. O Presidente da Comissão adotará as medidas necessárias, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.18. A Comissão verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Presidente da Comissão para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. O Presidente da Comissão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. O Presidente da Comissão acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. O Presidente da Comissão acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23. O Presidente da Comissão emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24. O Presidente da Comissão tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.25. O Presidente da Comissão deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. PROVISÓRIO

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á, nos termos do artigo 140, inciso II, alínea “a” da Lei 14.133/2021, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

7.1.2. O recebimento provisório dar-se-á pela emissão da Nota de Recebimento Provisório e ocorrerá desde que os produtos estejam em conformidade com este Termo de Referência e seu anexo;

7.1.3. Serão efetuados testes de conformidade e verificação do(s) equipamento(s), para que seja configurado o recebimento definitivo;

7.1.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas e os demais itens deste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.1.5. O ato de recebimento provisório não importará em aceitação do objeto em desacordo com as especificações técnicas.

7.2. DEFINITIVO

7.2.1. O recebimento definitivo dar-se-á em conformidade com o artigo 140, inciso II, alínea “b”, da Lei 14.133/2021, no prazo de **30 (trinta)** dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.2.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser concluída dentro do prazo fixado, considerar-se-á realizada para fins de formalização do recebimento definitivo, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do objeto fornecido, nem da possibilidade de apuração posterior de vícios, defeitos ou desconformidades, nos termos da legislação aplicável;

7.2.3. O recebimento definitivo dar-se-á pela emissão da Nota de Recebimento Definitivo e ocorrerá desde que os produtos estejam em conformidade com este Termo de Referência e seu anexo;

7.2.4. A assinatura da Nota de Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o especificado, ficando a CONTRATADA quitada dos encargos contratuais, porém, permanecendo sua responsabilidade pelo perfeito funcionamento dos equipamentos e manutenção corretiva “on site” durante o período de garantia.

7.3. PAGAMENTO

7.4. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

7.5. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

7.5.1. Regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021; e

7.5.2. Regularidade trabalhista, constatada através da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.6. O setor competente, para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.1. Prazo de validade;

7.6.2. Data de emissão;

7.6.3. Dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.6.4. Período de prestação dos serviços (quando couber);

7.6.5. Valor a pagar; e

7.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento;

7.8. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA;

7.9. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou quando existir qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

- 7.10. A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência de irregular execução contratual;
- 7.11. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB;
- 7.12. Excluem-se das disposições do subitem 7.11:
- 7.12.1. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- 7.12.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- 7.12.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento das propostas

8.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade definidos neste Instrumento;

8.2. FORMA DE FORNECIMENTO

8.2.1. O objeto do presente instrumento enquadra-se no conceito de aquisição comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser adquirido por meio de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica;

8.2.2. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento do ajuste.

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.3.1. Para comprovação de que a empresa licitante possui capacitação técnica e experiência na entrega dos itens objeto desta contratação, a empresa deverá, juntamente com a documentação de habilitação necessária, comprovar que já forneceu o quantitativo de pelo menos **40% (quarenta por cento)** do previsto nesta aquisição, de bens de características técnicas compatíveis aos respectivos itens desta contratação, por meio da apresentação de atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, em documento timbrado, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada;

8.3.2. Será permitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos anteriormente fornecidos.

8.3.3. A licitante deverá satisfazer as seguintes exigências:

8.3.3.1. O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos de entrega dos objetos.

8.3.3.2. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes;

8.3.3.3. O não atendimento às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência implicará a desclassificação da proposta apresentada;

8.3.3.4. A SSPDF poderá, a seu exclusivo critério, efetuar diligências para verificação da veracidade das informações;

8.3.3.5. A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas neste Termo de Referência dar-se-á por meio de sites, catálogos, manuais e publicações originais.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Tabela 4:

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade
1	Grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular - A especificação completa está no subitem 3 neste Termo de Referência.	619357	Unidade	2.773

Tabela 4.

9.2. O valor de referência estimado do presente termo **será sigiloso**, devido à natureza comum e à baixa complexidade de aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência, bem como à ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, optamos pela adoção do sigilo do orçamento base. Essa medida visa assegurar que os preços oferecidos pelos participantes do certame estejam alinhados com os valores de mercado, evitando assim compras públicas com sobrepreço.

9.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo de Referência, com o Catálogo de Materiais (CATMAT) e o Catálogo de Serviços (CATSER), do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido neste documento.

9.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 74 do Decreto distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023, c/c Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

9.5. O custo total estimado para a pretensa aquisição está condicionado às disposições do subitem 9.2, apresentado na planilha comparativa de preços constante nos autos, apurado mediante pesquisa de mercado e de preços praticados pela Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal, para o exercício de 2026, a cargo da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Unidade Orçamentária: 24909;
- II - Programa de Trabalho: 06.181.6217.4220.0010;
- III - Elemento de Despesa: 44.90.52;
- IV - Fonte de Recursos: 192.

10.3. Este Termo de Referência trata de aquisição, e a adequação orçamentária se dará no momento da contratação.

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Indicar os membros da Comissão de Recebimento e Inspeção e/ou o executor interno do Contrato, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 32.598,

de 15/12/2010, art. 41, inciso II e § 3º, o qual se incumbirá das atribuições contidas no § 1º e 2º, assegurado o devido assessoramento jurídico previsto pelo § 3º, todos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto nº 32.598/10 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e Portaria SSP/DF nº 119/2019 - Estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências;

- 11.2. Acompanhar e fiscalizar o recebimento e atestar o padrão de qualidade, de acordo com as características constantes neste Termo de Referência, por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133 /2021 e suas alterações;
- 11.3. Manter contato telefônico (celular e fixo) e via e-mail com a CONTRATADA, para prestar as informações, os esclarecimentos e dirimir as dúvidas que, porventura, surjam durante execução do contrato;
- 11.4. Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos /serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a sua correção;
- 11.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA na proposta e demais condições previstas no contrato e neste Termo de Referência;
- 11.6. Efetuar os pagamentos das notas fiscais/faturas à CONTRATADA, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme estipulado neste instrumento e no edital do certame;
- 11.7. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 11.8. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Termo de Referência, garantida a prévia defesa;
- 11.9. Solicitar, por escrito, durante o período de execução do contrato, a substituição dos itens que não estiverem de acordo com a proposta;
- 11.10. Quando da formalização das contratações de valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o órgão contratante deverá exigir a implementação do Programa de Integridade das Empresas a serem contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do Disposto no Art. 1º da Lei nº 6.112/2018.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto(s) responsável(eis) pelo atendimento à CONTRATANTE, devidamente capacitado(s) e que tenha(m) poder(es) para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato.
- 12.2. Manter seu representante em contato direto e constante com a CONTRATANTE, durante a execução do contrato, para prestar todos os esclarecimentos solicitados relativos aos produtos, providenciando toda e qualquer solicitação de troca, com vistas ao atendimento de suas garantias.
- 12.3. Manter atualizados seus dados bancários para efetivação de pagamentos, bem como endereço, telefone(s) e correio eletrônico para contato com o responsável da empresa ou preposto designado para receber comunicação de ocorrências relacionadas com a execução do objeto da contratação.
- 12.4. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, em especial no tocante à revalidação da licença de funcionamento correspondente ao exercício vigente, além do envio de certidão negativa de débitos junto ao FGTS e ao INSS, conforme prevê o inciso XVI, do artigo 92, c/c artigo 121, da Lei 14.133/2021.
- 12.5. Assumir todos os custos, gastos e despesas que se fizerem necessárias para o adimplemento das obrigações assumidas decorrentes deste Termo de Referência e demais instrumentos, tais como: impostos, taxas e demais tributos incidentes, nos termos da legislação vigente; frete, transporte, pessoal, despacho, entrega de materiais, instalação (quando for o caso), bem como ferramentas, peças e insumos necessários à instalação, às suas expensas e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.6. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, sociais, comerciais, de acidentes de trabalho, taxas, seguros e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado e/ou resultantes da execução do contrato, inclusive com pessoal utilizado na execução do objeto, que não terão qualquer vínculo empregatício, nem ônus, para com a CONTRATANTE.
- 12.7. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.
- 12.8. Responder objetivamente pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, seja por vício de fabricação, ou por ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA, ou de quem em seu nome venha a agir na execução do contrato, em razão de acidentes ou decorrentes do fornecimento de materiais em desacordo com este Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização que compete à CONTRATANTE em seu acompanhamento.
- 12.9. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.
- 12.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, ou preposto, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 12.11. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos diretamente causados por profissional a seu serviço, ficando a CONTRATANTE, desde já, autorizada a descontar o valor correspondente da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 12.12. Consultar o Executor do Contrato ou seu Substituto, sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto da contratação, submetendo-lhe, em tempo hábil, quaisquer questões que possam implicarem alteração das especificações.
- 12.13. Acatar integralmente as exigências da CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado.
- 12.14. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e uso dos objetos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
- 12.15. Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às suas dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom atendimento do contrato.
- 12.16. Manter sigilo sobre o contrato, sendo vedada a utilização, sob qualquer pretexto, da imagem ou nome da CONTRATANTE sem o seu consentimento expresso.
- 12.17. É de responsabilidade da CONTRATADA o sigilo de imagem, sendo vedada a divulgação, em qualquer rede social, particular ou não, de qualquer imagem do veículo sem a devida autorização da CONTRATANTE.
- 12.18. Quando for o caso, comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- 12.19. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 12.20. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, para aquisição dos produtos ou na prestação dos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 12.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.22. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 12.23. Não transferir, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução do contrato a ser firmado, seja a pessoa física ou jurídica, exceto por expressa autorização da CONTRATANTE.
- 12.24. Devem ser observadas as normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.
- 12.25. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, submeter-se àquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e distrital sobre licitações, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento de quaisquer de suas

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da lei, de acordo com o Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A Contratante convocará a Empresa Contratada para assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de cair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto Distrital nº 44.330/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;

13.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da intimação da contratada, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14. PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. **MULTA**, conforme o artigo 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

- I - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre incidindo sobre o início do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- II - Moratória de 0,09% (nove centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- III - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h", de 5% do valor do Contrato.
- IV - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c", de 5% do valor do Contrato.
- V - Para infração descrita na alínea "b", a multa será de 3% do valor do Contrato.
- VI - Para infrações descritas na alínea "d", a multa será de 2% do valor do Contrato.
- VII - Para a infração descrita na alínea "a", a multa será de 2% do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.8.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. Independente das sanções legais cabíveis, a Licitante/Contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a

- terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133/21.
- 14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 14.15. A minuta do contrato, anexo do instrumento convocatório, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à infrações e sanções administrativas ao contratado.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Eventuais esclarecimentos a respeito das especificações dos objetos poderão ser solicitados na fase de pedidos de esclarecimentos, quando da abertura do certame.

16. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

- 16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída por meio do Despacho (documento SEI nº 185770724) - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP.

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
RONALDO NOGUEIRA BEZERRA Matrícula 1.687.348-3	ANDRÉ BARBOSA SÁ TELES Matrícula 1.726.484-7	RAFAEL DA SILVA MOREIRA Matrícula nº 1.691.265-9

17. ANEXO

- 17.1. O presente Termo de Referência é composto do seguinte anexo:
- 17.1.1. Anexo I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.
- 17.1.2. Anexo II - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO / DEFINITIVO.

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

PROPOSTA DE PREÇOS							
À Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF SAM Conjunto A Bloco A, Setor de Administração Municipal, Sede da SSP/DF, CEP: 70620-000 - Brasília/DF							
Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/202____, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.							
Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.							
Nossa cotação para entrega dos materiais e/ou equipamentos são conforme abaixo:							
Item	Especificação	CATMAT	Marca/ modelo	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, com especificações técnicas mínimas: ESTRUTURA E MATERIAL Fabricação em aço carbono estrutural, com galvanização por imersão a quente, nos termos das normas técnicas ABNT NBR 6323 (Revestimento de zinco por imersão a quente) ou norma técnica equivalente; A estrutura deve ser soldada através de solda MIG/MAG, contínua e bem acabada (sem rebarbas). Dimensões e						

		<p>Configuração</p> <p>Altura mínima de 1,20 m;</p> <p>Largura mínima por módulo: 2,00 m, permitindo interconexão modular.</p> <p>Quadro estrutural externo</p> <p>Tubo circular com diâmetro mínimo, 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), espessura mínima de chapa de 2 mm.</p> <p>Elementos verticais internos</p> <p>Tubos industriais com diâmetro mínimo de 5/8" (16 mm), espessura mínima de chapa de 1,5 mm;</p> <p>Espaçamento de 10 cm a 15 cm;</p> <p>Dispostos paralelamente entre si e formando ângulo de 90° com o solo;</p> <p>Pé de apoio/fixação confeccionado em tubo industrial com diâmetro mínimo 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), altura mínima de 20 cm, podendo apresentar configuração em: "V" invertido, "Y" invertido, "T" invertido, ou "X" desde que assegurada estabilidade estrutural.</p>					
1		<p>Peso e Resistência</p> <p>Peso mínimo unitário: 16 kg, admitida tolerância negativa de até 5% (cinco por cento);</p> <p>A estrutura deverá apresentar resistência mecânica compatível com uso em controle de público, suportando esforços horizontais típicos de pressão coletiva, conforme boas práticas de engenharia estrutural e normas técnicas correlatas da ABNT.</p> <p>Sistema de Fixação e Modularidade</p> <p>As grades deverão possuir sistema de autoencaixe com travamento reforçado, permitindo montagem rápida, acoplamento modular seguro, estabilidade estrutural contínua quando interligadas e gancho para encaixe das peças em barra chata com espessura mínima de 3,75 mm.</p> <p>Bases e Estabilidade</p> <p>Bases de sustentação estáveis, compatíveis com piso pavimentado (asfalto, concreto, bloquete), bem como, solo natural compactado.</p> <p>Acabamento</p> <p>Cor natural do aço galvanizado (cinza/prata), resultante do processo de galvanização a fogo.</p>	619357*	Unidade	2.773	R\$	R\$

<p>Todas as peças deverão apresentar uniformidade visual e estrutural;</p> <p>Identificação/Logotipo</p> <p>Chapa metálica galvanizada, fixada no canto superior da grade, contendo logotipo com o nome do órgão (SSP/DF), vazado/recortado na própria chapa.</p> <p>GARANTIA</p> <p>Garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e falhas estruturais, contados a partir do recebimento definitivo.</p>						
	TOTAL GERAL					R\$
	<p>*Observação: Em caso de divergência entre a descrição do objeto no edital e a descrição constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do site Comprasnet/SIASG ou na Nota de Empenho, prevalecerá a descrição deste Termo de Referência.</p>					

Valor total da proposta R\$ _____._____.____ (_____) em algarismos e por extenso.

- Declaramos que esta proposta tem validade de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;

- Prazo de entrega dos materiais: **prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho;**

- Garantia de fábrica;

- Garantia estendida (quando houver);

- A entrega dos materiais será feita no local determinado pela SSPDF, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

- A proposta deverá conter:

- Nome da proponente e de seu representante legal;

- Endereço completo;

- Telefone;

- Números do CNPJ;

- Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente).

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

- Declaração de inclusão no portfólio atualizado do Fabricante dos equipamentos ofertados.

- Declaração de integração dos componentes dos equipamentos ofertados serão entregues mediante fiscalização da Contratante e Contratada.

- Declaração de inclusão de todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Empresa/Licitante

ANEXO II - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO / DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO / DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento (Provisório / Definitivo) declarará formalmente a Contratada que os serviços prestados ou os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos em contrato.

IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:

Contratada:

Contratante:

Ordem de Serviço Nº:

Data da Emissão:

Solução de TI

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
				R\$
TOTAL				R\$

Observação:

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso I, h), da Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME, emitida pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 45.011, de 27 de setembro de 2023, que os serviços e/ou bens integrantes da **OS/OFB** acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO

Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante do Contrato



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO NOGUEIRA BEZERRA - Matr.1687348-3, Coordenador(a) de Suporte e Apoio**, em 17/04/2026, às 16:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BARBOSA SÁ TELES - Matr.1726484-7, Assessor(a) Especial**, em 17/04/2026, às 16:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA SILVA MOREIRA - Matr.1691265-9, Chefe do Núcleo de Pesquisa de Preços e Análise de Mercado**, em 17/04/2026, às 17:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **197263849** código CRC= **F7DDBE8C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

S.A.M. CONJUNTO A, BLOCO D, EDIFÍCIO SOPI, ANEXO DA SSPDF, 1º ANDAR, ASA NORTE - CEP 70620-000 - DF
Telefone(s): 6134418652
Site - www.ssp.df.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA

Estudo Técnico Preliminar 103/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00050-00022634/2025-01

2. Descrição da necessidade

2.1. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) enfrenta a necessidade contínua de garantir condições adequadas para a execução de ações de segurança pública, controle de fluxo de pessoas e proteção de áreas sensíveis durante manifestações, eventos oficiais e operações realizados na Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Buriti e locais adjacentes. Trata-se de espaços de elevada relevância institucional e simbólica, que concentram edificações dos Poderes da República e órgãos estratégicos da Administração Pública, constituindo-se como pontos recorrentes de grandes concentrações de público, atos cívicos, cerimônias e manifestações populares.

2.2. Nos últimos anos, foram registrados eventos de grande porte que demandaram atuação intensa das forças de segurança e evidenciaram fragilidades na contenção e organização do fluxo de pessoas. Em algumas ocasiões, verificaram-se danos significativos ao patrimônio público, invasão de áreas restritas, destruição de estruturas públicas, riscos elevados à integridade física de servidores e manifestantes, além de tumultos que exigiram intervenções emergenciais. Episódios de depredação, avanço desordenado de massas e ultrapassagem de perímetros de segurança demonstraram que a inexistência de meios físicos adequados de controle perimetral contribui para a ampliação de riscos operacionais, dificulta ações preventivas e reduz a capacidade de resposta imediata do Poder Público.

2.3. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de estruturar mecanismos permanentes e padronizados que possibilitem o adequado isolamento físico, a organização eficiente dos fluxos de circulação e o estabelecimento de perímetros seguros durante eventos de grande concentração de público. Tais medidas são essenciais para a preservação da ordem pública, para a proteção do patrimônio institucional e para a segurança de manifestantes, servidores, equipes operacionais e autoridades.

2.4. Atualmente, a SSP/DF não dispõe de infraestrutura própria suficiente para atender, de maneira imediata e eficaz, às demandas de segurança perimetral nesses ambientes amplos e de alta complexidade. Essa limitação operacional impacta diretamente na capacidade de pronta resposta da Subsecretaria de Operações Integradas, especialmente em situações emergenciais ou de rápida mobilização, exigindo esforços adicionais, soluções temporárias e dependência de estruturas externas para execução das atividades.

2.5. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade institucional de viabilizar uma solução que permita atender de forma contínua, segura, padronizada e economicamente eficiente às demandas de contenção e controle de perímetros em eventos, manifestações e operações, garantindo a adequada atuação preventiva e a manutenção da ordem e da segurança coletiva, em conformidade com o art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS - SOPI	CEL PM CARLOS EDUARDO MELO DE SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, funcionais, operacionais, ambientais e, quando aplicáveis, de acessibilidade, necessários para assegurar que as grades de contenção/isolamento em aço galvanizado adquiridas atendam de forma plena à situação-problema identificada, consistente na necessidade de isolamento físico, segurança perimetral e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações em áreas sensíveis do Distrito Federal. Os requisitos a seguir estão alinhados às melhores práticas de planejamento das contratações públicas, às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e às orientações de sustentabilidade do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Requisitos técnicos mínimos do objeto:

4.2.1. A contratação deverá atender à necessidade de aquisição de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado destinados ao isolamento físico, controle de fluxo e segurança perimetral durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal.

4.2.2. As grades de contenção/isolamento em aço galvanizado deverão ser fabricados em material metálico resistente, com tratamento anticorrosivo, possibilitando uso contínuo em ambiente externo.

4.2.3. Cada módulo deverá possuir estrutura reforçada, suporte estável e sistema de interligação lateral com dispositivo de travamento estrutural integrado à própria peça, destinado a garantir estabilidade mecânica, alinhamento contínuo e resistência a esforços horizontais decorrentes de pressão de público.

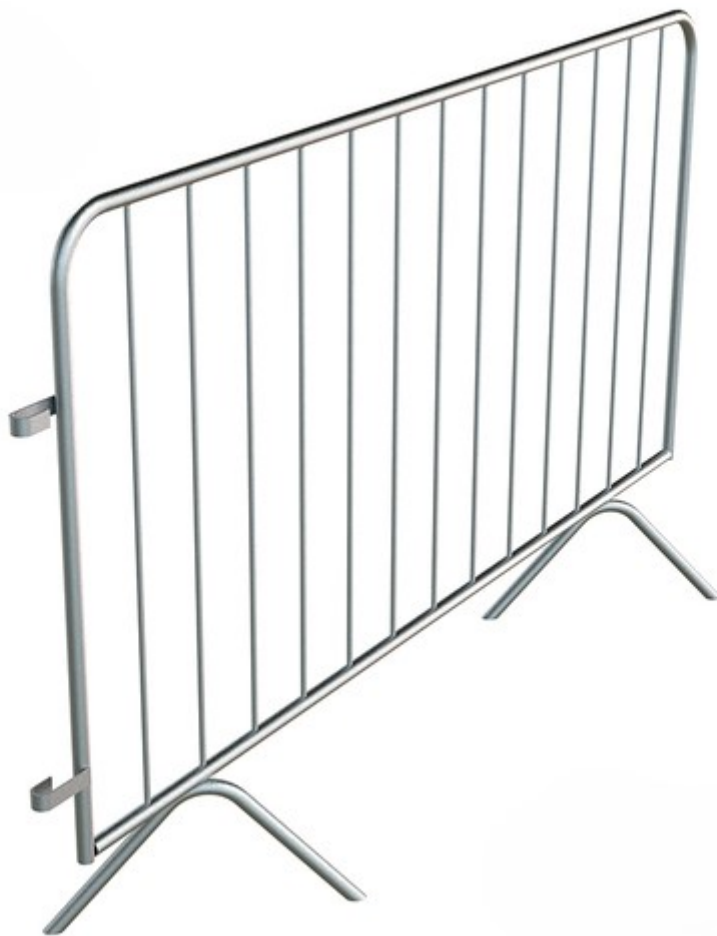
4.2.4. Os módulos deverão permitir montagem e desmontagem rápida e segura, mantendo uniformidade no padrão construtivo e atendendo à necessidade de ocupação de extensas áreas públicas.

4.2.5. A contratação deverá prever quantidade suficiente para atender demandas programadas e emergenciais, conforme histórico de uso, garantindo autonomia operacional da SSP-DF.

4.2.6. A contratação deverá contemplar quantidade suficiente para atender demandas programadas e eventuais acionamentos emergenciais, considerando o histórico de utilização em eventos e operações, de modo a garantir autonomia operacional à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

4.2.7. Deverá ser assegurada garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, falhas estruturais, vícios ocultos e comprometimento do tratamento anticorrosivo da galvanização, de modo a resguardar a durabilidade e a integridade do material durante sua vida útil estimada.

4.2.8. Adicionalmente, prevê-se que a manutenção corretiva das grades de contenção/isolamento seja incorporada ao contrato institucional de manutenção já existente na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, por ocasião de sua renovação ou eventual ajuste contratual. Essa medida permitirá a recuperação célere de eventuais danos decorrentes do uso operacional, preservando a funcionalidade, estabilidade estrutural e vida útil dos equipamentos.



4.3. Requisitos funcionais e operacionais:

4.3.1. As grades de contenção/isolamento em aço galvanizado deverão permitir instalação em diferentes tipos de solo, incluindo pavimentação rígida, gramado e terra compactada, devendo o fornecedor apresentar sistemas de apoio ou fixação adequados a cada condição.

4.3.2. A solução deve possibilitar transporte e armazenamento racionalizados, com módulos empilháveis ou acomodáveis em espaço reduzido, facilitando a logística da Secretaria de Estado de Segurança do Distrito Federal.

4.3.3. A montagem deverá ser simples e operacionalmente eficiente, não exigindo ferramentas especializadas além das usualmente utilizadas em estruturas metálicas, permitindo que equipes próprias da Secretaria ou empresa contratada realizem a instalação com autonomia.

4.3.4. O fornecimento deverá atender às demandas operacionais da SSP-DF durante eventos planejados ou acionamentos emergenciais, assegurando disponibilidade imediata dos equipamentos, quando necessário.

4.4. Requisitos de sustentabilidade ambiental:

4.4.1. Os materiais empregados deverão observar princípios de durabilidade, reutilização e reciclabilidade, priorizando estruturas metálicas recicláveis e processos produtivos que contribuam para a redução de impactos ambientais, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.4.2. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser incentivada a utilização de matérias-primas com conteúdo reciclado, observados os padrões de qualidade e resistência necessários ao uso pretendido.

4.4.3. Ao final da vida útil, os componentes deverão possibilitar destinação ambientalmente adequada, com potencial de reciclagem e redução da geração de resíduos.

4.4.4. A solução deverá privilegiar equipamentos de alta durabilidade e baixo índice de substituição, contribuindo para a economicidade da contratação e para a mitigação de impactos ambientais.

4.5. Requisitos de acessibilidade:

4.5.1. Embora se trate de equipamentos destinados ao controle perimetral e não diretamente ao atendimento de usuários, a contratação deverá observar as diretrizes da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no que couber, especialmente quanto à circulação segura de pessoas com deficiência durante a instalação das barreiras de contenção de aço galvanizado.

4.5.2. As estruturas devem ter arestas arredondadas ou protegidas e estabilidade que impeça quedas ou movimentações bruscas que possam representar risco, sobretudo em ambientes com grande fluxo.

4.5.3. Quando aplicável, deverão ser observados espaçamentos que permitam rotas acessíveis e passagem segura de pessoas com mobilidade reduzida.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atender às necessidades de isolamento físico, controle perimetral e segurança de grandes áreas sensíveis durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas na Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Buriti e áreas adjacentes, foram identificadas no mercado duas alternativas tecnicamente viáveis.

5.2. O levantamento foi realizado a partir de consultas a fornecedores especializados, análise de contratações similares na Administração Pública e pesquisas documentais sobre práticas adotadas por órgãos de segurança pública em eventos de grande porte.

5.3. Soluções identificadas:

5.3.1. Contratação de empresa especializada para locação, transporte, montagem e desmontagem de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado;

5.3.2. Aquisição definitiva de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado.

5.4. Em razão das informações constantes do Memorando nº 96/2026 – SSP/SEGI/SUAG (SEI nº 193803571), inserido no Processo SEI nº 00050-00022634/2025-01, verificou-se que a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal dispõe de condições operacionais que influenciam diretamente na análise das alternativas, tais como:

5.4.1. Espaço físico adequado para armazenamento das grades de contenção/isolamento em aço galvanizado;

5.4.2. Caminhão de médio porte apto ao transporte dos equipamentos;

5.4.3. Contrato vigente de prestação de serviços terceirizados (Contrato nº 18/2021-SSP), com disponibilidade de motoristas categoria D e estivadores para transporte, montagem e desmontagem das estruturas;

5.4.4. Processo licitatório em andamento para ampliação de postos de trabalho terceirizados, o que poderá reforçar ainda mais a capacidade operacional da Secretaria.

5.5. Diante desse cenário institucional, o levantamento de mercado passa a considerar, para fins de análise comparativa, as duas alternativas identificadas como tecnicamente viáveis e juridicamente adequadas.

5.6. A primeira alternativa consiste na contratação de empresa especializada para locação de grades de contenção/isolamento, apresentando como principal vantagem a disponibilização imediata da estrutura, com logística integrada e execução completa do serviço, incluindo transporte, instalação, desmontagem e retirada dos equipamentos.

5.7. Entretanto, a análise das séries históricas de eventos realizados nos últimos anos indica alta frequência de utilização dessas estruturas, o que tende a gerar custos recorrentes significativos decorrentes de contratações repetidas de locação.

5.8. Além disso, a dependência de fornecedores externos pode reduzir a autonomia operacional da Administração, especialmente em situações emergenciais que exigem rápida mobilização de equipamentos para preservação da ordem pública.

5.9. A segunda alternativa consiste na aquisição definitiva de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado, apresentando vantagens relevantes no contexto institucional da SSP/DF. Considerando que a Secretaria já dispõe de infraestrutura logística, espaço físico para armazenamento e recursos humanos terceirizados aptos a realizar as atividades de transporte, montagem e desmontagem, a aquisição dos equipamentos configura-se como solução autônoma e estruturalmente sustentável. Ademais, as grades galvanizadas possuem elevada durabilidade, baixa necessidade de manutenção e longa vida útil, caracterizando-se como bens permanentes reutilizáveis em múltiplos eventos e operações ao longo dos anos. Assim, a contratação restringe-se ao fornecimento do bem permanente, acompanhado de garantia e suporte técnico, uma vez que as atividades de transporte, montagem e desmontagem poderão ser executadas pela própria estrutura operacional da Secretaria.

5.10. Sob a perspectiva econômica, observa-se que a alternativa de locação apresenta menor desembolso inicial, porém gera custo acumulado crescente ao longo do tempo, em razão da necessidade de contratações recorrentes.

5.11. Por sua vez, a alternativa de aquisição exige investimento inicial mais elevado, porém elimina despesas recorrentes de locação, permite o aproveitamento da infraestrutura já existente na Secretaria e fortalece a capacidade operacional permanente da Administração.

5.12. Considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados, e em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a alternativa de aquisição de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado apresenta-se, em princípio, como a solução mais vantajosa para atendimento da necessidade institucional, uma vez que:

5.12.1. Reduz a dependência de fornecedores externos;

5.12.2. Proporciona maior agilidade de resposta em situações emergenciais;

5.12.3. Aproveita a infraestrutura logística já existente (caminhão, espaço físico e equipe terceirizada);

5.12.4. Reduz o custo total da solução no médio e longo prazo;

5.12.5. Fortalece a capacidade operacional e o planejamento institucional da SSP/DF.

5.13. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso VI, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta os procedimentos de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

5.14. A metodologia adotada buscou assegurar que o valor estimado refletisse, de forma fidedigna, os preços praticados no mercado, prevenindo riscos de sobrepreço ou superfaturamento e garantindo aderência aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

5.15. Para a composição da estimativa foram consideradas as seguintes fontes:

5.15.1. Contratações públicas com objeto similar realizadas por órgãos da Administração Pública;

5.15.2. Dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

5.15.3. Valores praticados em contrato vigente da própria SSP/DF, referente à locação de estruturas de isolamento.

- 5.16.** A metodologia de tratamento dos preços coletados observou boas práticas estatísticas aplicadas ao planejamento de contratações públicas, com expurgo de valores discrepantes, quando comprovadamente destoantes da realidade de mercado.
- 5.17.** Após o tratamento dos dados, adotou-se o critério da média aritmética simples como parâmetro de referência para formação do preço estimado, em razão de sua capacidade de reduzir vieses decorrentes de valores extremos.
- 5.18.** A memória de cálculo de locação de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado. Para fins de comparação econômica entre as alternativas de locação e aquisição, foi considerada a seguinte contratação similar:

Fonte Consulta	Locação de Alambrado	Valor Unitário	IPCA (%) ago./2024 a dez. /2025	Valor Unitário Atualizado	Valor Total	Valor Total Atualizado	Vigência
Contrato nº 15 /2024 - SSP/DF	89.133 Metros Lineares	R\$ 7,91	6,15%	R\$ 8,40	R\$ 705.042,03	R\$ 748.717,20	07/08/2024 a 29 /01/2026

- 5.18.1.** Contrato nº 15/2024 - SSP/DF:
- 5.18.1.1.** 1º Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do referido Contrato por mais 180 dias, compreendendo o período de 04 de fevereiro de 2025 a 02 de agosto de 2025, para utilização do saldo remanescente.
- 5.18.1.2.** 2º Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do referido Contrato por mais 180 dias, compreendendo o período de 02 de agosto de 2025 a 29 de janeiro de 2026, para utilização do saldo remanescente.
- 5.18.1.3.** O valor unitário do Contrato nº 15/2024 - SSP/DF foi atualizado monetariamente pelo IPCA acumulado no período de agosto de 2024 a dezembro de 2025, no percentual de 6,15%, conforme autorizado pelo Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, resultando no valor unitário atualizado de R\$ 8,40 e no valor total atualizado de R\$ 748.717,20.
- 5.19.** A memória de cálculo de aquisição de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado. Foram analisadas contratações públicas similares constantes no PNCP, conforme demonstrado a seguir:

Fonte Consulta	Descrição (Aquisição)	Preço Unitário (R\$)	IPCA (%) 2024	Valor Total Atualizado	IPCA (%) 2025	Valor Total Atualizado	Fonte Consulta
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2024 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS VIÇOSA	Gradil (Grade) de isolamento	R\$ 409,90	4,83 (%)	R\$ 429,69	4,26 (%)	R\$ 447,99	PNCP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008 /2024 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG	Grades de contenção	R\$ 453,51	4,83 (%)	R\$ 475,41	4,26 (%)	R\$ 495,66	PNCP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047 /2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA	Grades de isolamento e contenção (Gradil)	R\$ 500,00			4,26 (%)	R\$ 521,30	PNCP

- 5.20.** Formação do preço estimado.

5.20.1. Para a formação do preço estimado da contratação foram considerados os valores unitários atualizados das contratações públicas similares identificadas no levantamento de mercado apresentado no item **5.19**, obtidas por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Após a verificação da compatibilidade técnica das especificações mínimas exigidas para o objeto, especialmente quanto a:

5.20.1.1. Altura mínima de 1,20 m;

5.20.1.2. Largura mínima de 2,00 m;

5.20.1.3. Estrutura em aço galvanizado a fogo.

5.20.2. Cálculo da média aritmética simples dos valores unitários atualizados considerados válidos:

5.20.2.1. $(447,99 + 495,66 + 521,30) \div 3 = 488,31$

5.20.2.2. Valor unitário estimado: R\$ 488,31

5.20.2.3. Quantidade estimada: 2.773 (dois mil e setecentos e setenta e três) unidades.

5.20.3. Valor total estimado da contratação:

5.20.3.1. $R\$ 488,31 \times 2.773 = R\$ 1.354.083,63$ (um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil e oitenta e três reais e sessenta e três centavos).

Descrição	Quantidade	Valor unit. estimado	Valor total estimado
Grade de contenção/isolamento em aço galvanizado	2.773	R\$ 488,31	R\$ 1.354.083,63

5.21. A estimativa obtida demonstra-se compatível com os preços praticados em contratações públicas similares, atendendo às exigências metodológicas da legislação vigente e conferindo segurança técnica para o prosseguimento do processo licitatório.

5.22. Premissas adotadas para o comparativo econômico:

5.22.1. Locação

5.22.1.1. Valor unitário já atualizado pelo IPCA (6,15%) acumulado no período de agosto de 2024 a dezembro de 2025: R\$ 8,40 por metro linear;

5.22.1.2. Quantitativo fixo: 89.133 metros lineares;

5.22.1.3. Valor total atualizado: R\$ 748.717,20

5.22.1.4. Período-base considerado para projeção dos custos: aproximadamente 1 (um) ano de utilização;

5.22.1.5. Custo estimado: R\$ 748.717,20 (setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezessete reais e vinte centavos).

5.22.2. Aquisição

5.22.2.1. Investimento inicial único;

5.22.2.2. Não considerado custo de manutenção ou depreciação;

5.22.2.3. Quantidade adquirida suficiente para atender a demanda total (2.773 módulos);

5.22.2.4. Valor total da aquisição: R\$ 1.354.083,63 (um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil e oitenta e três reais e sessenta e três centavos).

5.23. Tabela comparativo de custos entre locação e aquisição:

Período	Locação	Aquisição	Diferença
1 ano	R\$ 748.717,20	R\$ 1.354.083,63	+ R\$ 605.366,43
2 anos	R\$ 1.497.434,40	R\$ 1.354.083,63	- R\$ 143.350,77
5 anos	R\$ 3.743.586,00	R\$ 1.354.083,63	- R\$ 2.389.502,37
10 anos	R\$ 7.487.172,00	R\$ 1.354.083,63	- R\$ 6.133.088,37

5.24. A análise evidencia que, embora a locação apresente menor desembolso inicial, a aquisição das grades de contenção/isolamento em aço galvanizado torna-se economicamente mais vantajosa a partir do segundo ano de utilização, ampliando-se significativamente a economia nos períodos de médio e longo prazo. Tal resultado decorre da natureza recorrente e contínua da demanda, associada à realização frequente de manifestações, eventos oficiais e operações de segurança nas áreas sensíveis do Distrito Federal.

5.25. Para fins de composição da pesquisa de preços, foram utilizados valores oriundos de contratações similares realizadas pela Administração Pública, notadamente o Contrato nº 15/2024 - SSP/DF, observado o período de vigência contratual de 18 (dezoito) meses e Pregão Eletrônico nº 90055/2024, Pregão Eletrônico nº 008/2024 e Pregão Eletrônico nº 047/2025, conforme autoriza o referido Decreto.

5.26. Nos termos do Decreto nº 44.330/2023, procedeu-se à atualização monetária dos valores de referência, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de modo a refletir os preços vigentes à época da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, assegurando a fidedignidade e a contemporaneidade da estimativa de custos.

5.27. A partir dos valores atualizados, foi realizada a projeção proporcional dos custos da locação para períodos de 1 (um), 2 (dois), 5 (cinco) e 10 (dez) anos com vistas à avaliação do custo total de cada alternativa ao longo do tempo, conforme orienta o Decreto nº 44.330/2023 quanto à análise de vantajosidade econômica.

5.28. A análise evidenciou que, embora a locação apresente menor desembolso inicial, a aquisição das grades de contenção/isolamento mostra-se economicamente mais vantajosa a partir de 2 (dois) anos, ampliando-se significativamente a economia nos períodos de médio e longo prazo.

5.29. Dessa forma, a alternativa de aquisição atende de maneira mais adequada aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, alinhando-se às disposições do Decreto nº 44.330/2023 e da Lei nº 14.133/2021, sobretudo diante do caráter recorrente e continuado da demanda relacionada à segurança institucional da Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Buriti e áreas adjacentes.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução a ser contratada consiste na aquisição de grades de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal, conforme a seguir:

6.2. Especificações técnicas mínimas:

6.2.1. Estrutura e Material

6.2.1.1. Fabricação em **aço carbono estrutural**, com galvanização por imersão a quente, nos termos das normas técnicas ABNT NBR 6323 (Revestimento de zinco por imersão a quente) ou norma técnica equivalente.

6.2.1.2. A estrutura deve ser soldada através de solda MIG/MAG, contínua e bem acabada (sem rebarbas).

6.2.2. Dimensões e Configuração

6.2.2.1. Altura mínima de 1,20 m.

6.2.2.2. Largura mínima por módulo: 2,00 m, permitindo interconexão modular.

6.2.3. Quadro estrutural externo

6.2.3.1. Tubo circular com diâmetro mínimo, 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), espessura mínima de chapa de 2 mm.

6.2.3.2. Elementos verticais internos:

6.2.3.2.1. Tubos industriais com diâmetro mínimo de 5/8" (16 mm), espessura mínima de chapa de 1,5 mm.

6.2.3.2.2. Espaçamento de 10 cm a 15 cm.

6.2.3.2.3. Dispostos paralelamente entre si e formando ângulo de 90° com o solo.

6.2.4. Pé de apoio/fixação confeccionado em tubo industrial com diâmetro mínimo 1 1/4" (32 mm; uma polegada e um quarto), altura mínima de 20 cm, podendo apresentar configuração em:

6.2.4.1. "V" invertido, "Y" invertido, "T" invertido, ou "X" desde que assegurada estabilidade estrutural.

6.2.5. Peso e Resistência

6.2.5.1. Peso mínimo unitário: 16 kg, admitida tolerância negativa de até 5% (cinco por cento).

6.2.5.2. A estrutura deverá apresentar resistência mecânica compatível com uso em controle de público, suportando esforços horizontais típicos de pressão coletiva, conforme boas práticas de engenharia estrutural e normas técnicas correlatas da ABNT.

6.2.6. Sistema de Fixação e Modularidade

6.2.6.1. As grades deverão possuir sistema de autoencaixe com travamento reforçado, permitindo montagem rápida, acoplamento modular seguro, estabilidade estrutural contínua quando interligadas e gancho para encaixe das peças em barra chata com espessura mínima de 3,75 mm.

6.2.7. Bases e Estabilidade

6.2.7.1. Bases de sustentação estáveis, compatíveis com piso pavimentado (asfalto, concreto, bloquete), bem como, solo natural compactado.

6.2.8. Acabamento

6.2.8.1 Cor natural do aço galvanizado (cinza/prata), resultante do processo de galvanização a fogo.

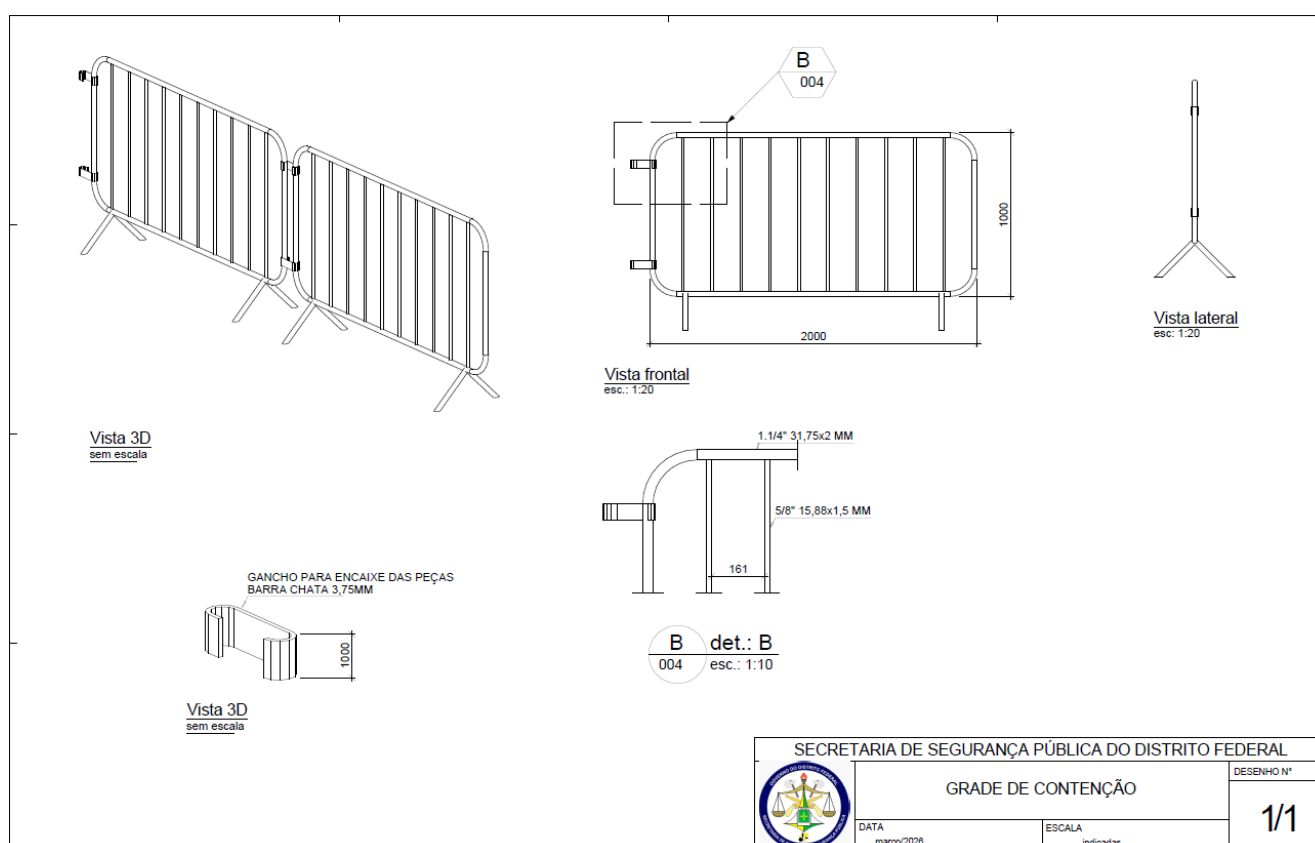
6.2.8.2. Todas as peças deverão apresentar uniformidade visual e estrutural.

6.2.9. Identificação/Logotipo

6.2.9.1. Chapa metálica galvanizada, fixada no canto superior da grade, contendo logotipo com o nome do órgão (SSP/DF), vazado /recortado na própria chapa, conforme imagem meramente ilustrativa, modelo demonstrativo a seguir.



6.2.10. Desenho Técnico ilustrativo



6.2.11. Garantia

6.2.11.1. Garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, falhas estruturais e corrosão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição do quantitativo estimado para a presente contratação foi fundamentada em metodologia técnico-analítica composta por múltiplas fontes de dados, assegurando aderência às necessidades reais da Administração e conformidade com o art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Foram consideradas as seguintes fontes de informação e critérios de análise:

7.2.1. Análise das séries históricas de utilização de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal nos exercícios de 2023 a 2025;

7.2.2. Levantamento formal de demandas junto às Coordenações da Subsecretaria de Operações Integradas (SOPI), constante do Processo SEI nº 00050-00025205/2025-8;

7.2.3. Solicitações administrativas de isolamento perimetral vinculadas aos Processos SEI nº 00050-00012804/2022-99, 00050-00006980/2023-72, 00050-00000594/2023-77, 00050-00014756/2024-35, 00050-00015578/2024-60, 00050-00001101/2024-05 e 00050-00015888/2025-65;

7.2.4. Projeção de incremento das demandas operacionais da SOPI, considerando o aumento de manifestações, eventos oficiais, atos cívicos e operações integradas de segurança realizados na Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Buriti e áreas adjacentes.

7.3. O levantamento histórico evidenciou consumo médio anual estimado de aproximadamente 5.547 metros lineares de estruturas de isolamento, com variações sazonais e picos de utilização em datas comemorativas, eventos institucionais e situações emergenciais de segurança pública. Observou-se padrão de recorrência elevada e previsível, caracterizando necessidade permanente e não eventual.

7.4. A base documental que sustenta a estimativa inclui:

7.4.1. Relatórios anuais de utilização constantes no Processo SEI nº 00050-00025205/2025-8, com manifestações da Coordenação de Eventos e Atividades Especiais e da Coordenação de Planejamento da SOPI;

7.4.2. Contratos de Prestação de Serviços nº 30/2022, nº 02/2024, nº 15/2024 e nº 12/2025, cujo objeto consistiu na locação de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado;

7.4.3. Levantamentos operacionais internos relativos à ocupação e dimensionamento de áreas de segurança durante atos públicos.

7.5. A análise integrada desses documentos permitiu estabelecer parâmetros consistentes para a memória de cálculo, assegurando rastreabilidade, precisão metodológica e coerência com o histórico contratual da SSP-DF.

7.6. Além disso, foram examinadas as interdependências com contratações de apoio logístico e operacional vigentes ou planejadas, verificando-se que a disponibilização permanente das grades de isolamento tende a reduzir substancialmente a dependência de locações recorrentes, gerando economia de escala, maior previsibilidade orçamentária e incremento da autonomia operacional da Subsecretaria de Operações Integradas.

7.7. Com base nos dados históricos consolidados e na projeção fundamentada da demanda futura, foi definido o quantitativo estimado de 2.773 (dois mil e setecentos e setenta e três) unidades de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado.

7.8. A definição desse quantitativo decorre da conversão técnica do consumo médio anual estimado de 5.547 metros lineares de estruturas de isolamento para unidades modulares, considerando que cada módulo possui largura mínima de 2,00 metros.

7.9. Dessa forma, a memória de cálculo resultou no seguinte quantitativo:

7.9.1. $5.547 \text{ metros lineares} \div 2,00 \text{ metros por módulo} = 2.773$ (dois mil e setecentos e setenta e três) unidades.

7.10. O quantitativo proposto assegura capacidade adequada de atendimento às demandas operacionais da SSP/DF, sem caracterizar superdimensionamento, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e boa governança pública, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, estando disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando que a solução foi definida como aquisição definitiva e disponibilização permanente dos módulos metálicos galvanizados, sem a contratação de serviços acessórios de transporte, montagem ou desmontagem, os quais serão executados com estrutura própria já existente na SSP/DF, o objeto passa a possuir natureza predominantemente de fornecimento de bem padronizado e homogêneo.

9.2. Sob o aspecto técnico, as grades de contenção/isolamento em aço galvanizado constituem módulos com especificações uniformes e intercambiáveis, destinados à formação de um único sistema operacional integrado para isolamento perimetral e controle de fluxo de pessoas.

9.3. Embora o objeto seja divisível em unidades, a fragmentação da contratação em múltiplos lotes ou contratos poderia comprometer a padronização e a integridade do conjunto, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

9.3.1. Padronização estrutural dos módulos;

9.3.2. Uniformidade do tratamento de galvanização;

9.3.3. Compatibilidade dos sistemas de encaixe e travamento;

9.3.4. Estabilidade e segurança do conjunto quando utilizado em grandes extensões lineares.

9.4. Sob o aspecto econômico, a contratação em lote único tende a gerar ganho de escala, maior poder de negociação e redução do custo unitário, além de simplificar a gestão contratual, a logística de recebimento e o controle patrimonial. O parcelamento, nesse caso, não ampliaria significativamente a competitividade, uma vez que fabricantes e fornecedores do segmento possuem capacidade de atendimento integral da demanda. Ademais, eventual divisão poderia gerar diferenças de padrão técnico entre lotes, aumento de custos administrativos e riscos quanto à responsabilidade por defeitos estruturais.

9.5. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento é regra quando técnica e economicamente viável. Contudo, no presente caso, a análise técnica demonstra que a contratação em lote único é mais adequada, por preservar a integridade do sistema, garantir padronização, assegurar maior eficiência na execução e promover economicidade por escala.

9.6. Dessa forma, conclui-se que não se recomenda o parcelamento do objeto, por razões técnicas, operacionais e econômicas devidamente fundamentadas, assegurando maior eficiência administrativa e segurança na execução contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação apresenta relação direta com outras demandas administrativas que envolvem a gestão, movimentação, instalação e operacionalização de estruturas físicas utilizadas em ações de segurança pública, especialmente no contexto de isolamento de áreas críticas, controle de fluxo de pessoas e proteção de bens públicos.

10.2. Conforme informado no Memorando nº 96/2026 - SUAG (Doc. SEI nº 193803571), a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal dispõe de infraestrutura logística e operacional apta a suportar a aquisição definitiva das grades de contenção/isolamento em aço galvanizado, destacando-se:

10.2.1. Caminhão de médio porte com baú destinado ao transporte dos módulos;

10.2.2. Espaços físicos adequados para armazenamento dos equipamentos;

10.2.3. Contrato vigente de prestação de serviços terceirizados (Contrato nº 18/2021-SSP), que contempla motoristas habilitados na categoria D e estivadores responsáveis pela movimentação, carga, descarga, montagem e desmontagem das estruturas;

10.2.4. Processo licitatório em andamento destinado à ampliação dos postos de serviços terceirizados, o que poderá reforçar a capacidade operacional da Secretaria.

10.3. Nesse contexto, a contratação ora pretendida apresenta interdependência operacional com os seguintes instrumentos administrativos:

10.3.1. Contrato de prestação de serviços terceirizados de apoio logístico, responsável pela disponibilização de motoristas e estivadores;

10.3.2. Gestão da frota institucional, utilizada para o transporte dos módulos de isolamento;

- 10.3.3.** Gestão patrimonial e de almoxarifado, responsável pelo armazenamento, controle e conservação dos bens adquiridos;
- 10.3.4.** Contrato institucional de manutenção, no qual deverá ser prevista a manutenção corretiva das grades de contenção/isolamento, conforme planejamento administrativo já delineado.
- 10.4.** Registra-se, contudo, que tais contratações não configuram dependência impeditiva para a viabilidade da aquisição, uma vez que já se encontram vigentes ou em fase avançada de planejamento, garantindo suporte logístico, operacional e de manutenção à solução proposta. Ao contrário, evidenciam a maturidade administrativa da SSP/DF para internalização definitiva da solução, com racionalização de custos e fortalecimento da autonomia operacional da Pasta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2026 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme registro no Sistema E-compras, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, e art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de planejamento e governança das contratações públicas.

Item	Código ID PCA (E-compras)	Objeto da Contratação
1	ID-44045	Aquisição de alambrado (gradil)

- 11.2.** A inclusão da demanda no PCA 2026 demonstra sua compatibilidade com o planejamento institucional da Secretaria, assegurando alinhamento com a programação orçamentária, previsibilidade administrativa e observância ao princípio da eficiência.
- 11.3.** Dessa forma, a contratação encontra-se formalmente integrada ao planejamento institucional vigente, não se tratando de demanda superveniente ou não programada, mas de necessidade previamente identificada e incorporada ao ciclo de planejamento das contratações da Administração Pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1.** A presente contratação tem como resultado esperado a estruturação definitiva da capacidade operacional da SSP/DF para isolamento perimetral e controle de fluxo em manifestações, eventos oficiais e operações, por meio da aquisição permanente de grades metálicas galvanizadas.
- 12.2.** A solução permitirá substituir a dependência recorrente de locações por infraestrutura própria, promovendo racionalização de despesas públicas e maior previsibilidade orçamentária.
- 12.3.** Sob a ótica da economicidade, projeta-se redução significativa de custos a partir do segundo ano de utilização, considerando que a alternativa de aquisição elimina despesas recorrentes de locação e aproveita estrutura institucional já existente (armazenamento, transporte e equipe terceirizada). A análise comparativa já demonstrou que o custo acumulado da locação supera o investimento inicial da aquisição no curto/médio prazo, ampliando a economia nos horizontes de 5 e 10 anos.
- 12.4.** Quanto à otimização de recursos humanos e materiais, a solução:
- Utiliza equipe terceirizada já contratada pela SSP/DF, sem necessidade de novos vínculos;
 - Aproveita caminhão institucional e espaço físico disponível, evitando novas contratações logísticas;
 - Reduz retrabalho administrativo com sucessivas contratações emergenciais ou licitações de locação;
 - Diminui riscos de indisponibilidade estrutural em eventos simultâneos.
- 12.5.** No aspecto operacional, espera-se:
- Maior agilidade na mobilização para eventos emergenciais;
 - Padronização do sistema de isolamento;
 - Redução de riscos de falhas estruturais decorrentes de materiais heterogêneos;
 - Aumento da previsibilidade e planejamento prévio das operações.

12.6. Como indicadores mensuráveis de desempenho, poderão ser adotados:

- Custo anual com isolamento perimetral (comparativo antes/depois da aquisição);
- Tempo médio de mobilização logística para eventos;
- Quantidade de eventos atendidos com estrutura própria;
- Percentual de redução de despesas com locação;
- Índice de reutilização anual dos módulos adquiridos.

12.7. A solução contribui ainda para a redução de desperdícios, maior vida útil do investimento público (garantia de 5 anos e manutenção corretiva incorporada ao contrato institucional de manutenção) e fortalecimento da governança contratual.

12.8. Dessa forma, os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021, consolidando solução estrutural e sustentável para atendimento das demandas permanentes de segurança institucional da SSP/DF.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, identificam-se as seguintes providências administrativas, técnicas e operacionais a serem adotadas previamente à celebração do contrato, a fim de assegurar a adequada execução do objeto:

I - Formalização da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), com a devida vinculação ao ID gerado no sistema E-Compras, garantindo alinhamento com o planejamento institucional e com a disponibilidade orçamentária;

II - Realização da reserva orçamentária e emissão da respectiva Nota de Empenho, observando-se a classificação da despesa como material permanente, conforme a natureza do objeto;

III - Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a definição clara de suas atribuições e responsabilidades;

IV - Verificação da adequação do espaço físico destinado ao armazenamento dos equipamentos, conforme informado no Memorando nº 96 da Subsecretaria de Administração Geral, incluindo a organização logística para recebimento, conferência e guarda dos materiais;

V - Planejamento logístico interno, contemplando:

- definição de cronograma de entrega dos módulos;
- estabelecimento de procedimentos para recebimento provisório e definitivo dos bens;
- integração operacional com a equipe terceirizada responsável pela movimentação, montagem e desmontagem das estruturas;
- alinhamento com a unidade responsável pela gestão da frota institucional, destinada ao transporte dos módulos.

13.2. Atualização do contrato de manutenção institucional, a fim de prever expressamente a inclusão da manutenção corretiva das grades adquiridas, garantindo a preservação do investimento público ao longo de sua vida útil.

13.3. Verificação da regularidade fiscal e trabalhista da futura contratada, bem como da manutenção das condições de habilitação até a assinatura do contrato, conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Análise e validação técnica das especificações finais do objeto assegurando que o Termo de Referência esteja plenamente compatível com as normas técnicas aplicáveis e com os requisitos operacionais definidos neste ETP.

13.5. As providências acima elencadas visam mitigar riscos operacionais, assegurar a adequada execução contratual e garantir que a solução estruturada, consistente na aquisição definitiva dos módulos metálicos galvanizados e seja implementada com eficiência, segurança jurídica e conformidade com os princípios do planejamento e da boa governança pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação para aquisição definitiva de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado apresenta impactos ambientais predominantemente associados às fases de fabricação, transporte, armazenamento e eventual descarte ao final da vida útil do bem, especialmente em razão do uso de aço carbono e do processo de galvanização a fogo.

14.2. No tocante aos impactos potenciais, destacam-se: consumo de recursos naturais e energia no processo industrial; emissões atmosféricas decorrentes da produção e transporte; geração de resíduos metálicos ao longo da vida útil; e riscos ambientais caso haja descarte inadequado dos módulos ou de componentes avariados.

14.3. Como medidas mitigadoras, a contratação deverá observar, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (art. 5º e art. 18, §1º, III):

I - Especificação de material com elevada durabilidade e resistência à corrosão, por meio de galvanização a fogo, ampliando o ciclo de vida útil dos equipamentos e reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

II - Exigência de conformidade com normas técnicas ambientais aplicáveis ao processo de galvanização, especialmente quanto ao controle de emissões atmosféricas e ao tratamento adequado de efluentes industriais por parte do fabricante;

III - Previsão de reaproveitamento e reciclabilidade do aço ao final da vida útil, considerando tratar-se de material integralmente reciclável, devendo sua destinação ocorrer por meio de cadeia formal de reciclagem, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

IV - Adoção de logística racional de transporte e armazenamento, utilizando a frota institucional já disponível, de modo a evitar contratações logísticas adicionais e reduzir deslocamentos desnecessários;

V - Inclusão das grades no contrato institucional de manutenção corretiva, visando prolongar a vida útil dos equipamentos e evitar descarte prematuro decorrente de danos pontuais.

14.4. Registra-se que, sob a ótica comparativa, a alternativa de aquisição definitiva apresenta menor impacto ambiental no médio e longo prazo quando comparada à locação contínua, pois reduz a necessidade de múltiplos transportes entre fornecedor e Administração e evita ciclos repetidos de produção para atendimento fracionado da demanda.

14.5. Assim, os impactos ambientais identificados são mitigáveis e compatíveis com a natureza do objeto, sendo a solução proposta alinhada aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável e da eficiência administrativa.

15. Posicionamento conclusivo

15.1. À luz das análises técnicas, econômicas, operacionais e jurídicas realizadas no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição definitiva de 2.773 (duas mil setecentas e setenta e três) grades de contenção/isolamento em aço galvanizado mostra-se plenamente adequada, necessária e vantajosa para atender às demandas institucionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

15.2. A solução encontra respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido fundamentada em: levantamento histórico de consumo; análise comparativa entre alternativas de mercado; estimativa de valor baseada em contratações públicas referenciais e atualização monetária nos termos do Decreto nº 44.330/2023; avaliação de vantajosidade econômica no médio e longo prazo; e verificação da capacidade operacional interna, conforme informações prestadas pela Subsecretaria de Administração Geral.

15.3. Restou demonstrado que a aquisição:

- atende ao caráter permanente e recorrente da demanda;
- assegura maior autonomia operacional em situações emergenciais;
- reduz custos acumulados quando comparada à locação continuada;
- apresenta menor impacto ambiental no ciclo de vida do objeto;
- está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, sustentabilidade e interesse público.

15.4. Além disso, a Administração dispõe de infraestrutura física para armazenamento, equipe operacional terceirizada, motorista habilitado e veículo adequado para transporte, bem como contrato de manutenção apto a absorver a manutenção corretiva dos módulos, garantindo suporte operacional contínuo.

15.5. Diante do exposto, **opina-se favoravelmente pela viabilidade e adequação da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do feito para elaboração do Termo de Referência e demais atos subsequentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023, por se tratar da solução mais eficiente, sustentável e alinhada ao interesse público institucional.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. A análise técnica, operacional e econômica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar demonstra a plena viabilidade da contratação destinada à aquisição definitiva de grades de contenção/isolamento em aço galvanizado, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A necessidade encontra-se devidamente caracterizada, estando amparada em dados históricos de utilização, registros formais de demandas operacionais e evidências de recorrência no emprego dessas estruturas em manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal. Trata-se, portanto, de demanda permanente e previsível, não eventual, o que justifica a adoção de solução estruturante e duradoura, em substituição a contratações transitórias baseadas exclusivamente em locação.

16.3. Sob o aspecto operacional, conforme informações prestadas pela Subsecretaria de Administração Geral, a Secretaria dispõe de infraestrutura física adequada para armazenamento dos equipamentos, bem como de estrutura logística e recursos humanos aptos à sua operacionalização, incluindo equipe terceirizada para montagem e desmontagem, motorista habilitado na categoria "D" e caminhão institucional compatível para transporte, inclusive aos finais de semana e feriados.

16.4. Dessa forma, restou comprovada a capacidade institucional de absorver a solução proposta sem necessidade de contratações acessórias relevantes, o que reforça a viabilidade logística da aquisição e reduz riscos de descontinuidade operacional.

16.5. No tocante à viabilidade econômica, a pesquisa de preços realizada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Distrital nº 44.330/2023 demonstrou que, embora a alternativa de locação apresente menor desembolso inicial, a aquisição definitiva das grades de contenção/isolamento mostra-se economicamente mais vantajosa a partir do segundo ano de utilização, considerando o caráter continuado da demanda.

16.6. A análise comparativa de custos por horizonte temporal evidenciou economia progressiva no médio e longo prazo, além da redução da dependência de fornecedores externos e da mitigação de riscos relacionados à indisponibilidade de estruturas em situações emergenciais.

16.7. Adicionalmente, a solução apresenta plena viabilidade técnica, uma vez que o objeto possui especificações padronizadas, ampla disponibilidade no mercado fornecedor, elevada durabilidade, baixa complexidade de manutenção e possibilidade de cobertura por garantia estendida.

16.8. Ressalta-se, ainda, que a manutenção corretiva das estruturas poderá ser incorporada ao contrato institucional de manutenção já existente na Secretaria, quando necessário, garantindo a preservação do investimento público ao longo de sua vida útil.

16.9. Do ponto de vista ambiental, não foram identificados impedimentos relevantes, sendo os impactos potenciais plenamente mitigáveis, especialmente em razão da elevada durabilidade do aço galvanizado e da possibilidade de reciclagem integral do material ao final de seu ciclo de vida, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

16.10. Diante do exposto, conclui-se que a contratação proposta é tecnicamente, economicamente, operacionalmente e juridicamente viável, encontra-se alinhada ao planejamento institucional e aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, revelando-se medida adequada e proporcional para atendimento das demandas permanentes de segurança institucional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP (documento SEI nº 185770724)

RONALDO NOGUEIRA BEZERRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 15:42:27.

Despacho: Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP (documento SEI nº 185770724)

ANDRE BARBOSA SA TELES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 17:05:25.

Despacho: Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP (documento SEI nº 185770724)

RAFAEL DA SILVA MOREIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 15:40:46.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas
Diretoria de Licitações e Compras Diretas

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Processo Administrativo nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) E O Distrito Federal, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DODF de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de grades (gradil) de contenção/isolamento de caráter modular, destinadas à formação de perímetros de segurança, isolamento físico de áreas e controle de fluxo de pessoas durante manifestações, eventos oficiais e operações realizadas em áreas sensíveis do Distrito Federal, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), de acordo com as especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS(ARTS. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$ (...).

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará

ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 60 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

1. Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 9,9%, que corresponde a 30 dias;

2. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 19,8% por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “11.1.5” a “11.1.8” do subitem 11.1, de 0,33% a 9,9% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “11.1.3” do subitem 11.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “11.1.2” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “11.1.4” do subitem 11.1, a multa será de 0,33% a 0,66% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “11.1.1” do subitem 11.1, a multa será de 0,33% a 9,9% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

I - *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

II - *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei

nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, ____ de ____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM CONJUNTO A BLOCO A - EDIFÍCIO SEDE - Bairro ASA NORTE - CEP 70620000 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.ssp.df.gov.br

00050-00000861/2026-59

Doc. SEI/GDF 206557424

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas

Serviço de Licitações

Declaração - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/SLIC

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, adotado no âmbito do DF, através do Decreto nº 44.330, de 16/03/2023. Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SAM, conjunto A, Edifício sede da SSPDF, 2º andar, CLIC, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.620- 000, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo Certame.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro ASA NORTE - CEP 70620-000 -

00050-00000988/2024-14

Doc. SEI/GDF 153459059



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas

Serviço de Licitações

Declaração - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/SLIC

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, de..... de..... .

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF